

TURMA ESPECIAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - UFPEL: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EM ANDAMENTO¹

Valdirene Soares Machado²

UFPEL, FaE/PPGE

valsm7@gmail.com

Dario Fernando Milanez de Mello³

dariofmm@yahoo.com.br

6. Educação dos trabalhadores e políticas públicas (Educação Básica, Superior e Pós-Graduação)

Resumo: O presente artigo trata da experiência educativa da Turma Especial de Medicina Veterinária/UFPEL/PRONERA/INCRA. Situa o processo de tramitação do curso na justiça e na universidade, traz os princípios do método pedagógico e a organização da experiência educativa. Destaca a gestão do processo educativo através da construção da coletividade (MAKARENKO), e as dimensões da formação humana presentes no método pedagógico (ITERRA), com destaque ao estudo. Por fim, traz algumas considerações sobre a importância da implementação da proposta dentro do espaço da universidade pública, destacando o papel das políticas públicas no âmbito da Educação do Campo, neste caso, o PRONERA.

Palavras-chave: Educação Superior, Educação do Campo, Coletividade.

Introdução

A Turma Especial de Medicina Veterinária (TEMV) é uma experiência educativa em desenvolvimento na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). ATEMV se desenvolve por meio de convênio firmado entre a Fundação Simon Bolívar (FSB), UFPEL e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde está situado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Considera-se que a formação de médicos veterinários seja uma demanda histórica da classe trabalhadora e, em especial, para as áreas de reforma agrária e de pequenos agricultores no campo brasileiro. A formação de profissionais, na medicina veterinária, de elevada qualidade e sensibilidade humana, com domínio nos conhecimentos específicos da área de formação são absolutamente necessários. Da mesma forma, os jovens e adultos em formação precisam estar inseridos e se referenciar na construção de um projeto de sociedade pautado pela justiça social e econômica e pelo respeito ao meio ambiente. Onde estes preceitos

¹ Texto elaborado no âmbito do Observatório da Educação/CAPES/INEP. Núcleo RS

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPEL. Membro da Coordenação Colegiada da Turma Especial de Medicina Veterinária/UFPEL/PRONERA.

estejam ao acesso e sejam um direito de todos. Isto implica conhecer a sociedade, sua dinâmica de funcionamento e relações. A realidade e o projeto de campo em que se está inserido, bem como as implicações ao campo e as pessoas que vivem e trabalham nele.

O processo de concepção, discussão e tramitação da TEMV, durou cerca de sete anos. Iniciando no ano de 2005 e se efetivando no ano de 2011. Ao longo deste período passou por interpelações em diferentes espaços e órgãos da UFPEL e pelo poder judiciário, provocado pelo Ministério Público Federal. A TEMV iniciaria no ano de 2007 não fosse uma antecipação de tutela que impediu a matrícula dos educandos e o início das aulas. Obteve no ano de 2009 sentença favorável na justiça federal na comarca de Pelotas. Entretanto, apenas pode iniciar, após novembro de 2010 quando o Superior Tribunal de Justiça estabeleceu um acórdão em que possibilitou o retorno das atividades e início do curso. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) em seu ementário, considerou o tema de juízo em relação a turma especial de Medicina Veterinária em sua ementa, entre outras questões, como relacionado a processual civil e constitucional; antecipação de tutela; extensão dos efeitos até trânsito em julgado; impossibilidade; prejudicialidade do juízo sumário de verossimilhança; controle judicial de políticas públicas; reforma agrária; Lei 9.394/96 (lei das diretrizes e bases da educação nacional); autonomia universitária; e políticas afirmativas. Desta forma, entende a questão como amplamente relacionado aos temas como educação, reforma agrária, políticas públicas e afirmativas.

O mesmo tribunal, apresentou sua decisão/acórdão em onze pontos que se apresenta abaixo, resumidamente, dando provimento ao recurso impetrado pela UFPEL e o INCRA: *(1) a tutela antecipada não tem efeitos prolongados até o trânsito em julgado; (2) a eficácia das medidas liminares, esgota-se com a superveniência de sentença que de tratamento definitivo ao tema; (3) a efetividade das políticas públicas não pode ser frustrada mediante decisões pautadas em mera cognição sumária quando há sentença que exaure o meritum causae por completo; (4) para a solução, bastam os fundamentos de natureza processual; (5) Como regra geral, descabe ao Judiciário imiscuir-se na formulação ou execução de programas sociais ou econômicos. Entretanto, como tudo no Estado de Direito, as políticas públicas se submetem a controle de constitucionalidade e legalidade; (6) A autonomia universitária (art. 53 da Lei 9.394/98) é uma das conquistas científico-jurídico-políticas da sociedade contemporânea e, por isso, deve ser prestigiada pelo Judiciário. No seu âmbito, desde que*

³ Mestre em Agroecossistemas. Membro da Coordenação Colegiada da Turma Especial de Medicina Veterinária/UFPEL/PRONERA.

preenchidos os requisitos legais, garante-se às universidades públicas a mais ampla liberdade para a criação de cursos, inclusive por meio da celebração de convênios; (7) da universidade se espera não só que ofereça a educação escolar convencional, mas também que contribua para o avanço científico-tecnológico do País e seja partícipe do esforço nacional de eliminação ou mitigação, até por políticas afirmativas, das desigualdades que, infelizmente, ainda separam e contrapõem brasileiros; (8) Entre os princípios que vinculam a educação escolar básica e superior no Brasil está a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (art. 3º, I, da Lei 9.394/98). A não ser que se pretenda conferir caráter apenas retórico ao princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, deve-se a esta assegurar a possibilidade de buscar formas criativas de propiciar a natureza igualitária do ensino; (9) Políticas afirmativas, quando endereçadas a combater genuínas situações fáticas incompatíveis com os fundamentos e princípios do Estado Social, ou a estes dar consistência e eficácia, em nada lembram privilégios, nem com eles se confundem. Em vez de funcionarem por exclusão de sujeitos de direitos, estampam nos seus objetivos e métodos a marca da valorização da inclusão, sobretudo daqueles aos quais se negam os benefícios mais elementares do patrimônio material e intelectual da Nação. Frequentemente, para privilegiar basta a manutenção do status quo, sob o argumento de autoridade do estrito respeito ao princípio da igualdade; (10) sob o nome e invocação do mencionado princípio, praticam-se ou justificam-se algumas das piores discriminações, ao transformá-lo em biombo retórico e elegante para enevoar ou disfarçar comportamentos e práticas que negam aos sujeitos vulneráveis direitos básicos outorgados a todos pela Constituição e pelas leis. Em verdade, dessa fonte não jorra o princípio da igualdade, mas uma certa contra-igualdade, que nada tem de nobre, pois referenda, pela omissão que prega e espera de administradores e juízes, a perpetuação de vantagens pessoais, originadas de atributos individuais, hereditários ou de casta, associados à riqueza, conhecimento, origem, raça, religião, estado, profissão ou filiação partidária; (11) recurso especial provido para determinar a limitação dos efeitos da tutela, antecipada pela corte de origem, até a sentença de improcedência.

O STJ não teve dúvidas das relações guardadas entre a reforma agrária e a garantia de direitos de acesso a educação por meio de medidas que desconstituam ou mitiguem as diferenças sociais e econômicas. Aponta as polícias públicas e afirmativas como meio para tal e a ação do PRONERA como legítima.

O curso tem a duração prevista para cinco anos. Assim, a primeira TEMV terá uma duração de cerca de doze anos, considerando-se o tempo a partir de sua concepção, tramitação e discussão no âmbito da justiça. Cabe se perguntar, por que se gasta tanta energia na implementação de uma turma como essa? Que questões estão em jogo? O acesso de um grupo de estudantes de Movimentos Sociais, em forma de uma turma específica na universidade é uma estratégia, que tem em vista a formação mais ampla possível de profissionais comprometidos com o projeto dos trabalhadores. Proporciona maiores possibilidades de se experienciar um processo diferenciado de formação, que leve em conta não só a formação nos conteúdos da medicina veterinária, mas busca-se construir outro tipo de profissional.

Dos princípios do método pedagógico à organização da experiência educativa

Para a organização dessa experiência entende-se necessário a adoção de um método pedagógico que contribua a desnaturalizar as coisas e relações. Que mexa com os sujeitos que dele fazem parte, desconstituindo a lógica de organização dos cursos formais, adotadas em geral, pela maioria das instituições escolares brasileiras centradas no desenvolvimento das potencialidades e capacidades do indivíduo, esquecendo-se das limitações deste. Assim, o curso está organizado tendo como base o método pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), elaborado a partir de experiências históricas de outras organizações de trabalhadores. Desta forma

O curso prevê em seu projeto formativo a inserção dos estudantes desta turma na Universidade Federal de Pelotas, através da participação em atividades educativas desenvolvidas em seu território pedagógico. O método do curso supõe o envolvimento de todas as pessoas nos processos de estudo, trabalho, gestão e convivência da coletividade, na reflexão sobre sua intencionalidade pedagógica e a relação com práticas formativas desenvolvidas em outros tempos e espaços. (PROMET, 3ª etapa, 2012)

Esse método pedagógico já tem sido vivenciado nas experiências educativas do MST, em cursos formais e não formais. É apreendido na vivência coletiva e organizativa de um grupo. Por isso, costuma-se afirmar que não se aprende o método estudando e lendo sobre ele, mas vivenciando-o primeiramente. Conforme Makarenko (1977), esse método tem a ver com a construção da coletividade e a organização do processo educativo, de tal forma que ajude a formar determinados hábitos nos sujeitos que dele participam.

Dentro disso, existem dois documentos básicos que são referências para a estruturação da proposta educativa do curso. Um deles é o Projeto do Curso (2007), onde se encontra toda

a estruturação curricular, conteúdos disciplinas, tempo de duração do curso, avaliação, e certificação. A cada etapa/semestre elabora-se, com a participação gradativa da turma, outro documento denominado Projeto Metodológico. Esse é o documento referência para toda a etapa/semestre. Dessa maneira, na primeira etapa/semestre do curso, o Projeto Metodológico é organizado pela coordenação do curso, pois os estudantes ainda não foram inseridos no processo.

Como referências gerais da caminhada adota-se o “*regime de alternância*”, que estrutura o curso em dois grandes tempos educativos, perpassando os cinco anos de formação, sendo eles: *o tempo escola e o tempo comunidade*. O regime de alternância possibilita a presença dos estudantes na universidade, para cursar todas as disciplinas referentes ao curso da medicina veterinária, e também que os estudantes não percam seu vínculo com a base.

O tempo escola refere-se ao tempo em que os estudantes permanecem no espaço da universidade, onde vivenciam vários tempos educativos, organizados para forçar os sujeitos a se planejarem, para dar conta de todas as dimensões da vida, além do estudo. Conforme documento do curso (PROMET, 2012), os tempos educativos organizados nessa turma são: *tempo formatura, tempo aula, tempo trabalho, tempo cultura, tempo reflexão escrita, tempo educação física, tempo núcleo de base, tempo estudo*.

O tempo comunidade refere-se ao tempo em que os educandos retornam para as suas comunidades de origem dando continuidade a sua formação. Conforme o projeto do curso (2007): *Durante o tempo comunidade, serão desenvolvidas atividades distribuídas entre praticas e trabalho de campo, leitura dirigida, atividades de pesquisa e trabalhos orientados pelos professores responsáveis pelas disciplinas e/ou coordenação pedagógica do Curso*.

A turma especial de medicina veterinária se constitui como uma brigada da Organização Social, pois é um grupo específico que está sendo formado a partir da demanda da comunidade e com um fim/objetivo determinado, que é de contribuir com o desenvolvimento do campo, com a organização da produção nos assentamentos da reforma agrária. Por isso, o currículo complementar à formação técnica formal deve ser encarado pelos estudantes com a mesma seriedade em que cursam as disciplinas curriculares da veterinária. Esse currículo complementar é construído pela organização social, tendo em vista a formação integral do estudante. Nessa vivência, a leitura do processo é uma ferramenta importante, pois ela ajuda a desnaturalizar as coisas, e interpretá-las criticamente. Essa leitura é feita em diferentes níveis, e espaços da organicidade do curso, e ela impulsiona o processo educativo.

As categorias teóricas do método pedagógico estão alicerçadas, conforme citado anteriormente, em outras experiências históricas dos trabalhadores. Destaca-se aqui, o Materialismo Histórico Dialético e a categoria da coletividade, proposta por Makarenko, no processo de organização do sistema de ensino socialista (1917) e os princípios filosóficos e pedagógicos do MST⁴.

O Materialismo Histórico Dialético nos orienta teoricamente, na medida em que buscamos considerar a materialidade dos processos de vida, tendo como ponto de partida a atualidade. Quando compreendemos a história como um processo construído pelas pessoas, e em determinadas condições. Ou seja, a compreensão de que somos produzidos e produzimos a história. E, além do mais pela compreensão de que o ser humano é contraditório, e deve procurar fazer a leitura crítica da realidade, percebendo as forças em disputa para melhor tomada de decisão. Que por vezes, não tendo claras as contradições, pensa de uma forma e age de outra. Que por vezes também, não consegue enxergar a contradição fundante da organização da vida sob o capital, que é entre capital e trabalho e se perde nas falsas contradições, tornando sua prática incoerente com o projeto dos trabalhadores.

Gestão do processo educativo: construção da coletividade

Olhando mais diretamente para a proposta educativa dessa turma em sua dinâmica viva no curso, observa-se mais especificamente a gestão do processo educativo, ou seja, a construção da coletividade. É possível afirmar, que essa é uma das categorias mais elementares e mais importantes do método pedagógico.

A coletividade conforme Makarenko (1982, p.140)

Não é simplesmente um conjunto, um grupo de indivíduos que colaboram mutuamente. É um complexo de indivíduos animados de um fim determinado, que estão organizados e possuem organismos coletivos. E onde existe organização coletivista há organismos coletivos, uma organização de pessoas representantes, de apoderados dela, e o problema da relação entre camaradas já não constitui uma questão de amizade, carinho ou vizinhança, mas um problema de dependência responsável. Mesmo quando os camaradas se encontram em condições análogas, alinham juntos, cumprindo funções aproximadamente iguais, não só une uma simples amizade, mas os laços da responsabilidade comum pelo trabalho, pela sua participação comum na ação da coletividade.

⁴ Princípios da educação no MST. Caderno de Educação n 8. 3 ed. São Paulo: 2004.

Se a coletividade, conforme Makarenko (1982) constitui um grupo de trabalhadores livres, unidos por opção, só permanece no curso quem quer. Os que permanecem, devem estar unidos por objetivos e ações em comum. Para isso, ter clareza dos objetivos do curso é fundamental para a sobrevivência econômica e política do grupo. É um grupo que precisa ter uma organização, sua movimentação precisa ser comum. Essa organização se dá pelos seus órgãos de gestão, que tem atribuições definidas, possuindo correlações, interligação de responsabilidades e interdependência entre as partes. Tem direção, disciplina e responsabilidade. Na coletividade devem prevalecer os interesses sociais. O projeto de sociedade (coletivo) converge para o projeto de vida (pessoal). Mas a construção da coletividade não se efetiva imediatamente, quando se agrupa pessoas para um determinado fim. Ela tem, pelo menos, três pilares basilares de sua construção, que são: *a participação, a unidade e a disciplina*.

Em uma coletividade, todos participam do mesmo processo, ainda que considerando que entre turma e educadores existem papéis diferenciados. Para isso, é preciso que essa participação seja organizada. Na experiência em questão, a coletividade se organiza da seguinte forma: cada estudante integra um núcleo de base, cada núcleo de base tem dois coordenadores, que por sua vez integram a coordenação dos núcleos de base da turma. No total a turma está dividida em seis grupos. Além disso, a turma elege dois estudantes, que vão fazer a coordenação geral da turma.

Cada núcleo de base ainda elege um componente para compor as equipes. As equipes são compostas de acordo com as demandas específicas da turma. Cada uma tem um coordenador, que participa na reunião da coordenação dos núcleos de base da turma. Na organização da turma estão presentes as seguintes equipes: equipe de disciplina, equipe de saúde e educação física, equipe de memória, equipe de cultura e comunicação e a equipe da infraestrutura. As equipes não são instâncias de decisão, apenas fazem proposições e desenvolvem atividades discutidas e delegadas através das instâncias da turma (Promet, 2012)

Em relação os núcleos, a cada etapa/semestre são reorganizados pela coordenação pedagógica. Tanto a permanência da composição do grupo durante a etapa/semestre, quanto a reestruturação dos grupos de uma etapa/semestre para outro, tem o objetivo principal de fortalecer a vivência na coletividade. Para que não se fortaleça apenas as relações de amizade entre alguns, mas o companheirismo, o cuidado, o respeito entre todos. Isso possibilita que as pessoas passem a se conhecer mais, e reconhecendo os limites de cada um, possam ver maneiras de se ajudar entre o grupo, procurando superar os desvios individuais. Quanto aos

órgãos de autogestão da coletividade, Makarenko (p. 295) chama a atenção de que: *A atividade dos órgãos de autogestão só será atual e importante se toda a vida da instituição educacional estiver de tal modo organizado que a suspensão da atividade deste ou daquele órgão reflita imediatamente no trabalho da instituição e seja sentida pela coletividade como uma deficiência.*

Makarenko (1982, p.174 e 175) afirma que:

Uma qualidade muito importante de ser formada na instituição é a **unidade** da coletividade, a união estreita de todos os seus membros. (...) Esta unidade da coletividade deve manifestar-se com maior incidência durante trabalhos de urgência, de investida durante uma grande luta comum. Em tais situações não é preciso lembrar erros ou faltas cometidas por alguns camaradas.

A unidade tem a ver com a necessidade de todos perceberem que estão no mesmo processo, unidos pelo mesmo projeto. Isso não acontece naturalmente, algumas pessoas já tem uma consciência mais desenvolvida em relação ao projeto comum, mas outros não, e precisam aprender no processo. Por vezes, nos perdemos nas falsas contradições, que nos fazem anular as forças no sentido de construir a coletividade.

A disciplina também é um aspecto importante no processo de construção da coletividade, pois é ela tem a ver com a garantia de que as pessoas façam aquilo que foi acertado coletivamente através de suas instâncias orgânicas. Na construção da coletividade é preciso estabelecer claramente os acordos que a regem. Por isso, a Turma Especial de Medicina Veterinária tem como referência para essa construção alguns documentos escritos, além do projeto do curso, sendo eles: o PROMET (construído com a turma a partir da segunda ETA/semestre) resgata os objetivos gerais e específicos do curso, as atribuições de cada instância e equipes e estabelece as metas da etapa; as normas coletivas – documento construído coletivamente, onde estabelecem alguns pactos para a convivência; e o documento da organização das atividades de sobrevivência no espaço escolar (limpeza e organização dos espaços, e coordenação dos dias durante a etapa).

Para o funcionamento da coletividade alguns princípios são fundamentais. Um deles é princípio da subordinação entre iguais, que significa que todos devem aprender a coordenar e subordinar-se aos seus coordenadores. Aqui temos como exemplo os coordenadores da turma, que ao mesmo tempo em que coordenam a turma, devem subordinar-se a coordenação do seu núcleo, ou mesmo, subordinar-se ao responsável pela coordenação da semana. A definição mais clara possível do poder de cada instância, pela própria coletividade é o que garante essa efetivação.

Respeitar as instâncias de decisão, também é uma postura necessária na construção da coletividade. Significa que cada sujeito deve seguir a risca o que foi definido pela coletividade. As pessoas não podem se sobrepor a coletividade, de maneira que o que foi definido pela coletividade só poder ser mudado pela própria coletividade, através das suas instâncias de discussão e decisão. Não se pode fazer outras definições de corredores. Até que se mude as definições, devem ser seguidos as mesmas, mesmo que não haja a concordância de algumas pessoas. Esse é um aspecto bastante difícil de ser implementado pois as pessoas costumam se guiar pelos seus desejos, e tem dificuldade de assumir aquilo que não concordam. Outra questão, é que nesse processo, para garantir outro princípio, que é o da participação, as pessoas precisam aprender a se expressar. Falar de maneira breve e simples também é um princípio fundamental, e deve ser uma aprendizagem para todos.

Uma orientação importante de ser considerada na construção de uma coletividade é o que Makarenko (p.312) denominou como *perspectivas*. Segundo ele: *os fracassos em muitas instituições (...) se devem às perspectivas fracas e mal definidas*. Makarenko situava as perspectivas de uma coletividade em três níveis: as perspectivas próximas, as de médio prazo e as de longo prazo. Isso se traduz no método pedagógico da experiência analisada, na medida em que ela estabelece claramente as estratégias da formação dos médicos veterinários, desde a demanda do curso até a construção dos planos para o futuro.

As dimensões da formação humana no método pedagógico: destacando o estudo

Toda essa engenharia do método pedagógico, mesmo em um espaço onde não é hegemônico, o espaço da universidade, aponta para alguns resultados positivos. Em três etapas de acompanhamento desse processo, destacamos o elemento do estudo. E aqui não se refere apenas ao “tempo estudo” do curso, mas a dimensão do estudo no curso como um todo.

É importante para isso, situar as quatro dimensões que se entrecruzam no processo educativo, quando no desenvolvimento do método pedagógico adotado pelo curso. Sendo a dimensão da gestão, do trabalho, da convivência e do estudo. Tudo isso amarra ou enlaça o apontado anteriormente no texto, pois são as quatro dimensões da formação observadas nesse processo.

Quando se fala na gestão da coletividade, se considera dois aspectos fundamentalmente. Primeiramente que no curso existe uma estrutura orgânica, onde parte dela já foi mencionada anteriormente no texto, onde estão situados os núcleos de base, a

coordenação dos núcleos de base, a coordenação da turma, a assembleia da turma, a coordenação pedagógica e a coordenação colegiada. Por outro lado, existe uma organicidade, que são as relações que se estabelecem entre as partes, digamos, é o como se movimenta essa coletividade. Sua finalidade é manter viva a estrutura orgânica que foi estabelecida pelo grupo. Isso significa que cada um deve ter bem definido as suas atribuições, e atuar de maneira que bote em pleno funcionamento a estrutura orgânica, em vista de atingir os objetivos comuns. Se uma parte falha, todo o coletivo sofre. Nesse sentido, deve haver um bom fluxo de informações entre as partes, isto é, onde se dão as decisões e quando e como devem vir os encaminhamentos. Os princípios organizativos são elementos que devem ser considerados na gestão da coletividade, sendo eles: a leitura do processo e das demandas (conjuntura), a análise, o planejamento das ações (o que fazer, quando e como), distribuição de tarefas (que faz), e o controle. Esse é o método de direção coletiva, ou se preferir, na linguagem mais atual, deveria ser os princípios da gestão democrática.

Em relação a dimensão do trabalho é preciso ter clareza de que todos desenvolvem trabalho. Estudar é trabalho, coordenar é trabalho, limpar os espaços de uso coletivo também é um trabalho. Isso implica assumirmos o trabalho como matriz de nossa formação humana. Sob esse aspecto, todas as atividades desenvolvidas devem ser refletidas, no sentido de que não fazemos nada por fazer, mas refletimos sobre o que fazemos, por que fazemos, e como fazemos. Isso nos humaniza. Identificamos-nos como classe trabalhadora. Nesse sentido o trabalho é um princípio educativo.

Temos um olhar específico sobre a convivência da coletividade, pois é na convivência que mostramos efetivamente como somos. Quais as nossas fragilidades, nossos desvios. Se sob o sistema capitalista, nas relações atuais, todos somos objetos, devemos vivenciar então outros valores, como a solidariedade, o cuidado. Nos percebermos como sujeitos sociais, combatendo valores como individualismo, oportunismo, que decorre do sistema de propriedade. Procura-se através da convivência coletiva produzir novas relações de gênero e novos hábitos. A prática diária desses valores é o parâmetro dessa construção, e não o discurso.

Nesse processo considera-se que todos estão estudando, tanto a turma com a coordenação pedagógica. A observação, pesquisa e registro faz parte disso. No tempo comunidade o registro pode ser através do diário de campo (não adotado ainda nessa turma). E no tempo escola a turma faz seu registro nos cadernos de reflexões. O estudo dos componentes curriculares é o que absorve mais tempo da turma em cada etapa. Através deles

é que a turma vai se apropriando dos conhecimentos científico tecnológicos, vai adquirindo domínio teórico e também capacitação.

Aprender a estudar se torna um imperativo para o grupo, em função do tempo condensado de permanência no espaço da universidade. Todos devem aprender a estudar, não só para si, mas para ajudar aos demais que tiverem dificuldade. A organização de um sistema de monitorias na turma, desde a primeira etapa, foi a maneira encontrada para sanar as dificuldades, dúvidas sobre os conteúdos curriculares. Isso faz com que os estudantes desenvolvam outras habilidades, como a de ser educador, saber trabalhar com as pessoas. Esse é um dos méritos da turma, pois em 3 etapas não sofreu nenhuma desistência em função de não alcançar os resultados previstos. Mesmo aqueles estudantes que tem um baixo desempenho universitário, se sente ancorado pela coletividade também nesse aspecto. Retoma-se aqui a necessidade da construção da coletividade na construção de processos educativos que tenham em vista a emancipação humana. A educação nessa perspectiva, não é a educação da classe trabalhadora, mas a educação que tem em vista a construção de um projeto de sociedade sem classes.

Considerações finais

A experiência educativa da TEMV UFPEL/PRONERA, mesmo em seu processo inicial, demonstra que é possível pautar outro tipo de formação, mesmo dentro da universidade que aí está, quando pensada a partir da demanda de sujeitos que compõem a comunidade, estes tem claro os objetivos da formação do grupo. Dessa maneira, a política pública para assentados da Reforma Agrária, através do PRONERA, é de fundamental importância na efetivação desse tipo de projeto educativo, vinculado ao desenvolvimento do campo, a partir do projeto da Educação do Campo.

Compreende-se que a realização de turmas isoladas não se configura em alterações substanciais nas relações socioeconômicas e no acesso a educação. Especialmente, diante do número de vagas na educação pública superior em nosso país e ao tamanho da demanda reprimida historicamente. Entretanto, torna-se fonte inspiradora para a luta pela educação de qualidade e ao acesso de todos. Nos mostra que apesar das contradições que se colocam no processo desta turma, necessita-se aprofundar a análise, pautando na universidade pública outro tipo de formação, experimentar outras metodologias, que por sua vez se relacionam diferentemente com a construção do conhecimento. Nessa proposta, o conhecimento

adquirido tem uma função estratégica no desenvolvimento do grupo de estudantes e, por que não dizer, da própria classe trabalhadora.

Referências

ITERRA, Coletivo Político e Pedagógico do Instituto de Educação Josué de Castro. Cadernos do Iterra, nº 9. **Método Pedagógico**. Veranópolis: 2004.

MAKARENKO, Anton Semionovich. **A coletividade e a educação da personalidade**. Editorial Progresso: Moscou, URSS, 1977.

_____. **Problemas da educação Escolar**. Trad. Editorial Progresso: Moscou, URSS, 1982.

MELLO, Dario Fernando Milanez e SCHUCH, Luiz Filipe Damé. **Projeto do Curso de Medicina Veterinária**. Pelotas, 2007.

MST. **Princípios da educação no MST**. Caderno de Educação n 8. 3 ed. São Paulo: 2004

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Diário da Justiça Eletrônico**. Edição nº 692 – Brasília, disponibilização: Quinta-feira, 11 de Novembro de 2010, publicação Sexta-feira, 12 de Novembro de 2010. (218)

TEMV. Projeto Metodológico – Etapa 3, 2012.